

Pessoas de minorias étnicas sofrem “desigualdades marcantes”

written by 0 Cidadão | 3 de Abril, 2025



As pessoas de minorias étnicas sofrem “**desigualdades marcantes**”, não só económicas, mas também sociais, com mais casos de discriminação, dificuldades no acesso ao emprego ou privações materiais superiores às pessoas brancas, revela uma **investigação da Universidade Nova de Lisboa**.

O estudo da equipa de investigadores na Nova SBE tem por base os resultados do **Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente em Portugal (ICOT)**, realizado em 2023, apesar das suas “**limitações amostrais**”, uma vez que 83,8% dos 21.608 inquiridos “**se identificam como brancas**”.

“**As várias minorias étnicas (asiático, cigano, negro, origem ou pertença mista e outro) são agregadas num só grupo**”, refere

a investigação da Nova SBE, que salienta que **“o grupo das minorias étnicas representa cerca de 7,8% da população adulta (correspondente a quase 600 mil pessoas) “**.

No que diz respeito à situação financeira, **“verifica-se que os baixos rendimentos são mais prevalentes entre as minorias étnicas“**, registando-se **“32% dos adultos no quintil mais baixo de rendimentos comparado com 18,6% da população branca“**.

“As minorias étnicas manifestam maiores dificuldades do que a população branca: a proporção de pessoas que vivem em agregados que não conseguem fazer face às despesas é mais do dobro entre as minorias (13,5%) do que entre os brancos (6%)“, diz o estudo da Nova SBE.

Os investigadores destacam que **apenas 9,2% das minorias étnicas vivem em agregados sem dificuldades financeiras**, comparativamente com 12,8% dos brancos, e, apesar de o trabalho ser a principal fonte de rendimento para ambos os grupos, os investigadores constataram que **“as minorias recebem menos pensões de reforma e têm uma maior prevalência de transferências sociais“**.

Segundo o estudo, esses dados **“demonstram uma maior vulnerabilidade financeira das minorias“**, defendendo, por isso, a necessidade de **“políticas que promovam a inclusão no mercado de trabalho e o fortalecimento da proteção social“**.

As dificuldades por que passam as minorias étnicas estendem-se ao acesso ao emprego, com uma taxa de desemprego muito mais elevada do que no grupo de pessoas brancas (18,9% contra 7,2%), e com uma prevalência do trabalho a tempo parcial duas vezes superior do que na população branca (10,3% contra 5%).

Também no acesso à saúde essas dificuldades são visíveis, tanto no acesso a cuidados médicos como a medicamentos com receita médica.

“No que toca à educação, as minorias étnicas têm uma menor percentagem de adultos com ensino superior (20,8% contra 26,3%) e mais trabalhadores-estudantes (34,3% contra 27,7%)“,

o que, para os investigadores, demonstra a necessidade de políticas de apoio ao ensino, bolsas de estudo e incentivos à continuidade académica.

Relativamente a casos de discriminação, os investigadores apontam que ***“as minorias étnicas relatam uma experiência mais frequente, com 40,3% dos indivíduos a afirmarem terem sido vítimas de tratamento desigual (13,9% no grupo branco) e 53% terem testemunhado situações de preconceito”***.

“Entre as vítimas de discriminação, as pessoas de minorias étnicas reportam quase duas vezes mais ter sofrido discriminação sempre ou quase sempre (7,1% contra 4,1%) e 43,5% indicam ter sido discriminadas no último ano (28,1% entre os brancos)”, lê-se no documento.

Acrescenta que, para as pessoas de minorias étnicas, a cor da pele é o fator de discriminação mais relevante (54,7%), seguido do grupo técnico (52,4%) e do território de origem (51,7%).

Os dados demonstram que as situações em que as minorias étnicas mais frequentemente enfrentam discriminação são a procura de emprego (46,3%), a procura de habitação (32,1%), a relação com autoridades policiais (25,9%) e o acesso a serviços sociais (25,2%).

Já os ambientes em que a discriminação das minorias é mais frequente são o local de trabalho (49,9%), em estabelecimentos comerciais (42,5%), em locais ao ar livre (42%), no ensino (39,0%) e em instituições públicas (32%).

Para os investigadores, estes dados mostram ***“a necessidade de políticas mais eficazes para combater o preconceito e promover a equidade”***.

OC/LUSA/MP

FOTO | LUSA